



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Reunião Externa	Nº: 1292/13	DATA: 30/08/2013
INÍCIO: 15h15min	TÉRMINO: 15h49min	DURAÇÃO: 34min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 34min	PÁGINAS: 14	QUARTOS: 7

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CLÁUDIO BARRETO DUTRA - Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

SUMÁRIO: Exposição sobre o tema objeto de análise da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu declaro aberta a presente audiência. Nós estamos aqui, na Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na rua Dr. Álvaro Millen Silveira, nº 208, no Centro de Florianópolis. E temos a alegria de estar aqui em audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o Desembargador Cláudio Barreto Dutra. Nós gostaríamos...Eu sou Presidenta da CPI, Deputada Erika Kokay; a Deputada Liliam Sá é a nossa Relatora, e a Deputada Carmen Zanotto é membro da CPI, e foi autora do requerimento para que nós estivéssemos aqui, em audiência pública, no dia de ontem, e em uma série de diligências no dia de hoje.

Então, nós queremos agradecer ao senhor a sua gentileza e a acolhida, e dizer que nós, nesta CPI, constatamos duas coisas que precisam ser encaradas como desafios, para que nós possamos proteger nossas crianças e adolescentes e impossibilitar que as infâncias sejam roubadas. Nós temos uma preocupação, porque achamos que o nível de responsabilização dos agressores é um nível ainda muito precário, e isso cria uma sensação de impunidade que nós temos sentido, particularmente onde há casos envolvendo pessoas de poder econômico, ou de poder político. E essa sensação de impunidade gera muito medo, porque as pessoas acham que a sua denúncia não vai se refletir numa condenação, e, em um segundo aspecto, elas tendem a naturalizar o que não é natural, que é essa relação "adultocêntrica", via de regra sexista, enfim, de discriminação social que é a exploração sexual.

Então, em função dessa situação, nós estamos tentando traçar um diagnóstico. Em todos os locais em que nós temos ido nós fazemos questão de conversar com o Poder Judiciário. E nós vamos, aqui, fazer-lhe 3 solicitações, enfim.

Uma delas é que nós gostaríamos de ter... Não precisa ser agora, nós sabemos que isso exige um levantamento, tanto em varas criminais quanto na vara da criança, da infância e da juventude, e isso demanda algum tempo. Mas nós gostaríamos que o senhor pudesse nos remeter, depois, a relação de todos os casos dos últimos anos. Nós podemos fazer um recorte, aí, de 10 anos, talvez, ano a ano, de todos os casos que chegaram a este Tribunal, e os que originaram condenações. E nós gostaríamos que fosse discriminado por ano, e discriminado por



tipologia de violência sexual. Nós queremos apenas violência sexual contra crianças e adolescentes, nem a violência geral, que pode também ser remetida — para nós seria interessante. Mas o centro do nosso pedido é que haja o número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, e a tipificação, se é abuso sexual, que envolve, em geral, relações interpessoais, enfim, ou com intersubjetividade, ou sem exploração sexual, se é pornografia cibernética, enfim, quais são os crimes.

E o segundo pleito nosso é que, ontem, nós tivemos bem nítida a demanda, de vários segmentos, — tanto do Estado, dos vários segmentos do Estado, quanto da sociedade civil — da criação de uma vara que trate da criança na condição de vitimizada, ou na condição de vítima — a criança e o adolescente. E as varas de infância trabalham muito na lógica do adolescente infrator, mas nós gostaríamos de que tivéssemos uma vara, a construção de uma vara, como já existem em alguns lugares — o Estado de São Paulo é um deles —, em que há vara para a criança vítima.

E o terceiro aspecto diz respeito a denúncias que nós tivemos no dia de ontem. Nós sabemos que o caso que envolve o ex-Deputado está em segredo de justiça. Nós não queremos, e nem podemos ferir o segredo de justiça, mas houve uma série de denúncias de que ele estaria abordando as supostas vítimas e prometendo ou buscando encantá-las e aliciá-las com viagens, no caso específico, com viagens ao Rio de Janeiro. Como nós estivemos no Ministério Público, hoje pela manhã, a Promotora da Infância, que originou todo esse processo de averiguação da denúncia, dizia-nos que há duas medidas que foram tomadas, e deferidas pelo Poder Judiciário, iniciativas do Ministério Público deferidas pelo Judiciário. Uma diz respeito à suspensão da guarda, e a segunda diz respeito à proibição de visitas. Mas nós gostaríamos de ver a possibilidade, e eu sei que isso não depende do senhor, e sei também que isso tem que ter uma provocação que seja dentro do processo judicial... Mas quero lhe dizer da importância de termos medidas de proteção, ou seja, de impedir que haja qualquer tipo de processo de aliciamento, que possibilite um aliciamento, uma coação, enfim, coisas que o valha. E isso, através de uma medida de proteção, assegurando a distância do suposto agressor à suposta vítima, até que todos os fatos sejam esclarecidos.



E o segundo é que nós estivemos no Ministério Público. E o processo criminal, pelo promotor que está responsável por ele foi-nos informado que ele está pronto e que deveria ser dada a entrada, neste Tribunal, no dia de hoje, provavelmente, ou, enfim, nos próximos dias, porque ele disse que já está pronto, já está fechada, toda a sua argumentação, e que deveria dar entrada. E nós estamos aqui só solicitando a celeridade, que eu sei que é uma preocupação do senhor, a celeridade necessária para que nós possamos proteger essas crianças, e para que nós possamos elucidar os fatos da suposta violência sexual que vitimizou essas crianças.

Eu vou passar a palavra para a Deputada Carmen Zanotto, porque ela vai ter que ser retirar, e, em seguida, vou passá-la para a Relatora, e o senhor, então, terá a palavra para esses pleitos bem objetivos que fizemos.

Então, com a palavra a Deputada Carmen Zanotto, autora do requerimento, que nos trouxe — trouxe esta CPI para esta cidade de Florianópolis, Santa Catarina.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Obrigada, Deputada Erika, nossa Presidenta da CPI; Deputada Liliam, nossa Relatora. Especialmente, quero cumprimentar o Dr. Cláudio, Presidente do nosso Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Nós estamos aqui com os servidores da Câmara Federal, que fazem parte da CPI.

Quero dizer que este tema em que a gente está trabalhando é um tema muito difícil. Difícil de tratar, difícil de implementar as políticas públicas. Mas quero relatar que a gente, além da audiência pública, ontem, nós estivemos com o Dr. Nelson Serpa hoje pela manhã, às 9 horas da manhã, onde ele, como representante do Governador, da Casa Civil, assumiu também conosco a proposta de implementar o Plano Estadual de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, porque nós temos um outro fator: são os grandes eventos. Esta CPI também tem esse papel de organizar e despertar cada Estado que vai ser sede da Copa, ou que não seja sede, mas que tenha atrações turísticas, como é o nosso, de Santa Catarina, porque nós ficamos no meio, lamentavelmente — o Rio Grande do Sul vai ser sede, o Paraná vai ser sede. Mas nós, provavelmente, vamos receber uma ou mais delegações, e também um número grande de turistas que virão para o nosso Estado.



Então, nessa lógica de fecharmos um diagnóstico, nós dizíamos ontem, na audiência pública, que os dados são muito complexos, mas o que é que nos deixa mais esperançosos? É exatamente isto: com as campanhas que estão sendo feitas, o número de denúncias aumentam. Então, o pedido, inclusive que a gente fez ao Governo, ao Ministério Público, é manter esse tipo de campanha. Por quê? Porque é efetivamente através delas que as pessoas se encorajam, não é? Que a menina toma coragem para dizer que está sofrendo.

Quero também registrar, com eu registrei no Ministério Público, a nossa parceria com o laboratório de DNA, não é? Que eu até, Deputada Liliam, Deputada Erika, vou tomar o cuidado de solicitar uma cópia do primeiro convênio, e dos aditivos, porque é um exemplo que eu acho que a gente pode reproduzir para o País, porque foi através do Ministério Público e do Tribunal de Justiça que o reconhecimento se dá durante as audiências. E, num trabalho de informação, não é, do...E, depois, se o senhor tiver algum dado para a gente, de informação do Tribunal de Justiça... Então, quando há audiência, o Tribunal comunica e o serviço de saúde vai para lá, e, de lá, os exames já saem via correio, com as despesas. As despesas são do Tribunal, não é? Então, há um orçamento compartilhado. É por isso que eu acredito na interface dos Poderes: Poder Executivo, através da Secretaria de Saúde e da universidade; Tribunal de Justiça e Ministério Público, compartilhando um trabalho que...Nós temos, em média, 1.500 exames/ano. Nós devemos ter aí quantas crianças que são reconhecidas sem... O senhor deve ter esses dados, doutor. Deixa eu aproveitar e pedir, se o senhor puder mandar, agregando os dados que a Deputada Erika Kokay colocou, de, desde o nosso início do convênio, quantos deram positivo, quantos reconheceram sem precisar fazer o exame... Porque, como nós estamos tratando de crianças e adolescentes, o vínculo pai e filho também é um vínculo importante, não só para o financiamento das despesas, mas para educar, para ser também corresponsável por aquela criança e evitar que ela acabe também sendo uma vítima de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Quero aqui pedir para registrar também que eu vou ter que me ausentar, porque a Ministra Ideli está em Santa Catarina, e é uma tarefa que a gente tem acompanhado nesses 3 anos em que estamos na Câmara: o contorno da Grande Florianópolis, exatamente para possibilitar que as pessoas consigam entrar na



capital, para o que hoje, em média, demora-se 2 horas ou mais, conforme o horário. Então, tu vens de Lajes para Florianópolis em 2 horas e 30 minutos, se a gente não parar, porque também tem que cuidar da velocidade, mas tu não entras na capital se tu tens um compromisso, se você não sair com muita antecedência. Então, é uma pauta que a gente tem lá com a ANTT, e a Ministra, nesta semana, assumiu o compromisso com a bancada de Santa Catarina que é: *“Eu estarei lá com a ANTT para...”* Chega de cada um enviar um traçado; se não, Presidente, o senhor sabe como é que é, não é? Gasta-se pra fazer um estudo aqui, pedem-se as avaliações ambientais, não acontece...

Então, queria, Presidente, com muito carinho e respeito, dizer que, como Parlamentar de Santa Catarina, não poderia ter me furtado de fazer esse pedido de audiência pública em Santa Catarina em função de que não é porque estamos num Estado que tem os melhores indicadores em muitas áreas que nós também não temos as nossas fragilidades e as nossas dificuldades, em especial num tema que foi amplamente divulgado e que a gente sabe que é difícil de tratar, mas é um tema que a gente, devagar, vai desmistificando e vai mostrando que não é natural a menina estar nessa atividade, sendo explorada, comercializada muitas vezes pelos pais. A gente vê muito isto País afora: os pais entendendo que as suas filhas menores são um troféu em especial, conforme seu estado, de maior ou menor valor, mas como um objeto, como uma mercadoria.

Então, estar aqui com o senhor, que tem essa sensibilidade... E quero aqui, em seu nome, agradecer a toda a equipe do seu gabinete, equipe de juízes que trabalham e que têm esse olhar e essa sensibilidade frente a este caso.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Erika Kokay) - Deputada Liliam Sá.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Muito boa tarde, Dr. Cláudio Barreto Dutra. Muito obrigada pela sua recepção.

Agradeço também à Deputada Carmen Zanotto por esta preciosa oportunidade de conhecer o Tribunal de Justiça aqui, de Florianópolis.

Bem, eu só vou retificar o que a nossa Presidenta falou, para não ser repetitiva, e vou me ater a uma questão que ficou pendente quando nós estivemos no Ministério Público, que foi a questão da guarda e da adoção no caso do ex-



Deputado Duduco, que chamou a atenção no caso das adoções. Nem falo das adoções anteriores, de mais de 10 anos, porque, com a nova lei de 2010, mudou muita coisa. Mas, na questão, foi encontrado um menino sob a guarda dele, de 10 anos de idade. Então, isso é recente, e, quando eu questionei o Ministério Público, ele falou que isso era com o Tribunal de Justiça, que era para perguntar, para ver. Então, essa é uma das questões que eu levanto nesta tarde, porque nós sabemos que... Como uma pessoa como ele, se todo o mundo sabia na cidade... Nós sabemos que ninguém liga pra criança pobre, não é? Há aquela certa discriminação, mas, como ele conseguia a guarda e a adoção dessas crianças? Qual o motivo? Porque ele era pessoa bem relacionada? Não houve psicólogos, assistente social, nada, e estava tudo legalizado, tudo certinho? Então, a minha questão de ordem é essa, e os números nós já passamos para o senhor, não é? Os que o Ministério Público passou, tanto do Disque 100 como os números de processos que eles têm em relação a exploração sexual, a abuso sexual e a crimes na Internet.

Nós vamos ficar aguardando do Tribunal de Justiça o número desses processos que viraram realmente uma condenação, para que a gente possa traçar um perfil do Estado. Nós sabemos que há muita carência, principalmente a Vara... Há a vara que acumula funções, como a Vara do Idoso, da Mulher e da Criança, não é? Também nós soubemos lá que há um escrivão, na delegacia, na própria delegacia, a 6ª Delegacia, que faz esse trabalho, falando que só tem um escrivão, com mais de 1.200 inquéritos de que ele tem que dar conta. Então, é uma pessoa só. Nós vimos que tem muita coisa pra se avançar.

A Deputada Carmem já esteve no Governo do Estado passando as reivindicações, e nós vamos aguardar que melhore bastante a situação das crianças em Santa Catarina. É o que nós queremos. Enquanto CPI, nós só queremos contribuir para o bem estar da criança e do adolescente.

Muito obrigada.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Eminentíssimas Deputadas e senhores servidores, eu gostaria de, inicialmente, dizer que é uma satisfação e até uma honra para o Tribunal de Justiça poder recebê-las aqui, neste momento, e que também o Tribunal de Justiça, como instituição maior do Estado de Santa Catarina, nessa área



que engloba todas as áreas da prestação jurisdicional, e a Justiça como um todo, têm o máximo interesse, apesar de algumas pessoas não conseguirem avaliar adequadamente isso, em resolver essas soluções. É para isto que o contribuinte paga, remunera e despende recursos de alto vulto do Orçamento do Estado: para que as questões sejam solucionadas. Então, nós não temos interesse nenhum em esconder nada, nem em não resolver nada, como alguma parcela da população entende.

No que se refere aos dados específicos que a comissão pretende... Essas investigações são todas de alto interesse da sociedade como um todo, são altamente relevantes e, principalmente, altamente preocupantes. As consequências desses atos de tipificação criminal, de infração e, principalmente, que esse é o objetivo, pelo que eu entendi, da Comissão, que é a violência sexual propriamente dita... Os dados, pelo que se conhece, são efetivamente alarmantes, não só no que chega ao Poder Judiciário, mas também no que não chega, porque essas questões, elas gravitam em uma órbita às vezes escondida na família, essas questões todas escondidas de que o Poder Judiciário sequer toma conhecimento e, quando toma — como é o caso específico que a eminente Relatora me questionou —, quando toma, procura dar uma solução o mais rápido e da melhor forma possível.

Quanto a esses dados que a Comissão pretende, nós temos todos eles, mas eu já disse à eminente Deputada que eu não teria agora aqui como fazer essa discriminação, porque nós temos setores específicos da Justiça que funcionam englobada ou restritamente em diversas áreas — na área criminal, na área civil, na área de família —, e essas infrações contra a liberdade sexual, principalmente das crianças, e contra os crimes de ordem sexual, estão embutidas nessa estatística geral. Mas eu me comprometo aqui a me dirigir e determinar aos setores competentes do Tribunal que façam esse levantamento de acordo com o que V.Exa. colocou: essa prioridade da exploração sexual, do crime sexual propriamente dito, que parece ser exatamente o ponto mais grave de todas essas infrações, da forma até brutal como acontece do dia a dia, e se tem notícia aí, na... Então, eu me comprometo a fornecer esses dados em tudo o que a Comissão precisar e eu os remeto a Brasília, remeto ao Congresso e à Comissão propriamente dita, e já vou tratar disso hoje.



Quanto ao segundo aspecto que V.Exa. colocou, que seria aquele da criação de uma vara específica, nós, em algum momento, e eu já estive numa reunião e ouvi, especificamente, alguns setores do Planejamento Estratégico do Tribunal, mostrarem essa preocupação, dentre os vários setores, execução penal, execução de infância, execução de juventude, a violência propriamente dita, mais a exploração e os crimes de ordem sexual contra a criança.

Agora o planejamento também do Tribunal, de acordo com os dispêndios orçamentários, exige levantamentos específicos para que se crie uma determinada unidade jurisdicional, seja ela importante, relevante ou não, mas exige os dados estatísticos necessários para que a Comissão de Organização Judiciária possa aferir da viabilidade ou não, ou dos locais físicos do Estado, onde há uma maior demanda sobre isso. Seria, então, uma consequência, já do levantamento propriamente dito, para se saber em que ponto do Estado ou em que região esses crimes contra essa liberdade sexual estariam ocorrendo de uma forma mais contundente.

Então, eu também me comprometo aqui a levar isso para a Comissão de Organização Judiciária do Tribunal — e essa é a preocupação da Comissão. E digo isso porque é público, digo que a Comissão esteve aqui, no Tribunal, e que tem essa preocupação, e que eu colocaria para a Comissão de Organização Judiciária, como um fator prioritário, um estudo sobre isso, comprometendo-me, em ato contínuo, a comunicar à Comissão os resultados do primeiro levantamento e dessa segunda determinação.

Quanto ao caso específico do ex-Parlamentar Duduco, que toda a cidade sabe que era o responsável pela denominada Creche do Duduco, aqui no centro, aqui ao lado, inclusive, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, é um caso rumoroso e um caso muito delicado, primeiro, porque está sob segredo de justiça. Mas o segredo de justiça também é relativo. O segredo de justiça é o segredo da investigação, investigação judicial, em que se preserva não só o investigado, mas também as pessoas envolvidas, não é? Não é só assim, o segredo diz: *“Ah, não, é para proteger determinada pessoa.”* Não é. É para proteger também aqueles que estão envolvidos. E o segredo de justiça é constitucional — isso não fomos nós que criamos —, mas também ele é relativo, porque, a partir do momento em que a própria imprensa levanta a questão e traz isso à sociedade, como um



todo, o segredo de justiça também é relativo. Parece-me que não há nenhum impedimento de que se coloque e se faça até essas investigações que a Comissão pretende, mesmo sob o manto de segredo de justiça. Claro, o segredo de justiça está relacionado com a divulgação dos resultados judiciais perante a sociedade, mas nada impede em que se forneça a própria Comissão. Agora, o que eu sei, o que eu sei, e V.Exa. sabe disso, é... assim como a Comissão também e o Ministério Público sabem através dos comentários da imprensa, agora, sei também que há uma investigação e sei que o Ministério Público, a última vez que eu ouvi falar sobre isso, estaria para remeter ao Tribunal de Justiça para distribuição, no setor competente, dessas investigações relativas a essas atitudes do ex-Deputado, que também se releva muito o fato de ter sido Deputado. Isso também, a essa altura dos acontecimentos, eles colocam até como uma forma... Mas isso não tem nada a ver uma coisa com outra.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Ah, o Donadon também.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Exatamente.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - É, Deputado, e veio a ser cassado, não é?

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Exatamente. E V.Exa. sabe que é sempre colocado, e até eu estou falando: “*É o ex-Deputado, o ex-Deputado...*”, mas é uma pessoa que exercia uma atividade aparentemente vinculada ao serviço público municipal, que seria de uma creche de alta relevância para a sociedade, para essa comunidade.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mas o senhor falou: “*A cidade toda sabia*”. Como é que nunca foi mandado um Comissário da Infância para verificar se essas denúncias, se esse zum, zum, zum era verdadeiro, ou não?

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - É, não, a sociedade toda sabia...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Isso que...

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - ... da existência da creche...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Da existência da creche e que havia alguma coisa lá também, não é?

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - É.



**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Que isso aí é o que nós conseguimos ontem detectar durante a audiência pública, e foi o meu questionamento para a Doutora que estava lá, Ana Luíza... É?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Promotora.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Por que não enviou um Comissário da Infância para ver como é que estava a situação dessas crianças. Isso aí, para a gente, ficou, assim, sabe? É como se tivesse um pano cobrindo a situação: está ali; eu não quero ver, não quero saber. Como eu peguei essas ações penais aqui, de atos infracionais, que eu entreguei a V.Exa., dos crimes praticados contra criança, o que nos chamou a atenção foram os crimes contra vulneráveis, que são menores de 14 anos. Então, criança aqui seriam crianças. Então, no caso aqui, o nível maior é de pedofilia.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Perfeito.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Então, aí, o senhor vê também os casos de pedófilos. Quantos pedófilos foram presos, pelos abusadores ocasionais, nós também sabemos que existem...

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Sim, sim.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) -... que o senhor também remetesse para esta CPI se algum pedófilo, quantos que eles estão pagando pelo crime, que foram presos.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Pois não.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Isso eu queria que o senhor...

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Isso está dentro da colocação daquela, do segundo item...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Isso, foi.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - ...da remessa das estatísticas.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Foi, das estatísticas. Aí, é para colocar o pedófilo mesmo.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Sim, claro.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - O perfil do pedófilo.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Isso eu já me comprometi e reitero que havia dito no sentido de remeter.



Eu voltaria ao caso aqui da creche.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Da adoção, não é?

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - É, no sentido de que esse fato que a Deputada perquiriu, dessa Creche do Duduco, é um fato consabido, que havia essa creche, que havia esses rumores desses acontecimentos. Mas são as deficiências no serviço público em geral, e as deficiências do serviço de investigação, também, do próprio Judiciário, do Ministério Público, ou da própria polícia, que, se isso redundar em uma investigação positiva, nós temos que reconhecer a falha do sistema nessas perquirições.

Mas, objetivamente, eu, perante a Comissão aqui, também me comprometo — eu não sou muito de fazer promessa que não possa cumprir; as promessas que eu faço são aquelas que eu posso cumprir. Eu não posso prometer o resultado positivo ou negativo desse procedimento, mas posso me comprometer, assim que estiver em mãos — esse procedimento, se é que existe, vai chegar ao Tribunal —, de remeter também à Comissão, aí, sim, em segredo de justiça, para que a Comissão avalie internamente essa questão relativa às investigações. E a isso eu também me comprometo.

Agora, como eu estava dizendo, eles sempre fazem questão de dizer assim: “*O ex-Deputado, o ex-isso...*” Mas ele já foi ex-muita coisa, já foi ex-particular, já foi ex-Vereador, e isso ninguém comenta. Isso é normal entre as categorias do Estado — Juízes, Deputados, Ministros — dizerem assim: “*Não, mas aquele foi Juiz, aquele foi Deputado, aquele foi isso...*” Isso não interessa. O que interessa, até às vezes se perde muito tempo nesse particular, tempo esse que se poderia gastar na investigação propriamente dita, ao invés de ficar perquirindo o que ele foi e o que não foi. Talvez um dos motivos seja este: ficar perquirindo muito o que foi, o que fez e o que deixou de fazer, mas abandonando o fato principal, que seria a investigação.

Mas, Deputada, V.Exa. pode ficar tranquila, que, assim que receber e chegar, eu remeto isso, essa parte em segredo de justiça, porque aí eu sou...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Até a parte do segredo em justiça.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - É.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É, porque a Deputada Liliam fez esse questionamento ao Ministério Público e está fazendo aqui para o senhor, até porque se havia como se evitar esse processo, porque o processo de adoção, seguramente, passou pelo Poder Judiciário, não é?

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Perfeito.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Se foi feita uma avaliação, se houve alguma falha, enfim, nesse processo, se havia, eu não sei quando foi que se deu, mas se havia profissionais da área psicossocial, para avaliar, enfim, desenvolver um olhar, assim, analítico para ver, porque essas crianças, esses adolescentes estavam, alguns com guarda e outros já adotados, adotados formalmente. É um pouco isso a preocupação da Deputada Liliam.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Essa adoção formal, eu não sei se existe, porque a adoção formal por homem é coisa de pouco tempo atrás.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - É, pouco tempo, solteiro, maior de 21, com a lei.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - É, exatamente. A adoção antiga era entre casais.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - É.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Então, quando se fala a expressão adoção, pode ser que ela seja colocada no sentido que o povo conhece, da adoção de fato, mas não adoção de direito. Aí, nós teríamos, eu teria que... E vou fazer isso.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Vai ter que investigar.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Teria que investigar se houve efetivamente adoção na verdadeira acepção jurídica dessa palavra, porque, pelo que eu me lembro, eu trabalhei nesse setor há muitos anos, e havia a possibilidade de adoção só por casais, e agora parece que há outra modalidade.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Solteiro pode adotar, maior de 21 anos.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Sim. Mas a minha pergunta é a seguinte: será que esse caso específico teria alcançado isso, de essa pessoa conseguir a adoção?



**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Eu não sei. Eu sei que, o que a nós foi relatado, foi que ele tinha adoção e guarda, guarda de uns e havia adotado outros.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Não, a guarda é mais fácil do que adoção.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E tinha adotado outros. Aí, por isso é que nós estamos...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Mas ele tinha guarda de alguns. Eu não sei quantos; eram sete?

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Sete.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Ele tinha a guarda de alguns e outros adotados. Mas o senhor poderia verificar, não é? E nos remeter.

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Vejo, vejo, porque isso é uma questão de restabelecimento da verdade. Nós precisaríamos ver. A guarda é uma questão fácil; qualquer um pode ter a guarda, desde que preencha aqueles requisitos, mas isso é uma questão importante para saber se houve efetivamente omissão da própria Justiça e a responsabilização futura até de quem teria feito uma coisa dessas, sem a necessária investigação, de fato, sobre o assunto. Mas isso, eu tenho um setor específico, e a Desembargadora Salete Sommariva vai lá se encarregar disso, mas ela está numa missão lá, no interior; eu vou falar com ela, relatar, para que nós possamos fazer uma investigação junto a esse setor da Infância e da Juventude, que é a responsável por essa área, para saber de que forma ocorreu isso, se é que efetivamente há uma adoção. E, aí, também me comprometo a esclarecer esses detalhes à Comissão.

Então, dentro dessa ótica preliminar, as minhas colocações seriam essas, Deputada, no sentido de que nós estamos à disposição, o Tribunal de Justiça, procurando facilitar, e com o compromisso formal de remeter à Comissão Parlamentar de Inquérito todos os dados necessários relativos ao Estado de Santa Catarina.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu queria, então, agradecer-lhe, e perguntar à Deputada Liliam Sá se quer fazer uso da palavra.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Só agradecer.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, eu queria lhe agradecer, Dr. Cláudio, e dizer que o senhor também pode contar com esta CPI no que for necessário, e agradecer a acolhida. E vamos ficar, então, aguardando que o senhor possa nos remeter esses dados.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Se tiver alguma sugestão...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Tem alguma sugestão?

**O SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA** - Eu, dentro desse contexto de análise que eu vou fazer, porque isso são coisas, assim, nós temos muitas, muitas avaliações. Eu vou verificar isso, e se houver alguma sugestão, eu o faria, tomaria, ousaria, sugeriria à Comissão alguma outra...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Sim, claro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós estamos absolutamente abertos para receber qualquer contribuição.

E, com isso, declaro encerrada a presente audiência.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Obrigada, Dr. Cláudio.